

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ONOFRE ALVES PORTELLA JUNIOR

REVISTA BRASILIENSE (1955 - 1964)

Contribuição ao Debate sobre a Educação Brasileira

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ONOFRE ALVES PORTELLA JUNIOR

REVISTA BRASILIENSE (1955 - 1964)

Contribuição ao Debate sobre a Educação Brasileira

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de ESPECIALISTA em Magistério do Ensino Superior, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE.

Orientador: Prof^a. Dra. Sonia Aparecida Ignacio Silva

SÃO PAULO

2010

Dedico esse trabalho a minha família. Com todo o amor e admiração.

Agradecimentos

Ao realizar um trabalho como esse, acabamos por dever a muitas pessoas; uma conversa informal, um fragmento de aula, uma observação despreziosa, uma indicação de leitura... Por estarmos completamente imersos em um determinado tema, nossa percepção é outra; tudo é útil e aproveitado. A essas contribuições anônimas, agradeço muito.

Particularmente, gostaria de agradecer aos colegas de curso que, sempre, proporcionaram discussões pertinentes e muito enriquecedoras; aos professores, que souberam transmitir, além do conteúdo precioso, a paixão pelo que fazem e, muito especialmente, a minha orientadora, Professora Sonia Aparecida Ignacio Silva que, a despeito de todo o conhecimento, de toda a capacidade e de todo o rigor, mostrou-se, sobretudo, amiga.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal qual ela relampeja no momento de um perigo.

Walter Benjamin

RESUMO

Pesquisa teórica, de natureza bibliográfico-documental, que objetiva a análise da contribuição dada pela publicação *Revista Brasiliense* ao debate sobre educação no Brasil. Editada por Caio Prado Junior e Elias Chaves Neto, a *Revista Brasiliense* foi publicada bimestralmente no período compreendido entre os anos 1955 e 1964 e, desde o seu início, é considerada uma importante referência do pensamento crítico brasileiro; hoje, é tida como um ícone desse período, caracterizado pela historiografia, como um dos momentos mais ricos no debate nacional brasileiro. Os recortes temáticos foram realizados de maneira a se construir um corpus que significasse, ou retratasse, a discussão relativa ao papel e funções da educação nas propostas para o desenvolvimento brasileiro, então, pela sua amplitude e importância, o principal eixo de debates. A historiografia, tanto sobre o período considerado como sobre a própria *Revista Brasiliense* – sua amplitude temática e político-ideológica - é bastante ampla e fornece os referenciais teóricos necessários às análises realizadas: os textos que foram objeto deste estudo puderam, assim, ser perfeitamente contextualizados, com seus aspectos intrínsecos mapeados. Os resultados, no entanto, não se dão no sentido de uma educação, ou de uma proposta educacional, percebida como tendo um papel central no processo de desenvolvimento, ao contrário, a educação é entendida como área absolutamente coadjuvante nesse processo, tendo uma função meramente instrumental, a de facilitar o crescimento da indústria. A questão ideológica que relaciona – ora subordinando, ora, não – conceitos como desenvolvimento, industrialização e modernidade, parece ser determinante nesse posicionamento.

Palavras-chave: educação, Revista Brasiliense, desenvolvimento, industrialização

ABSTRACT

This is a theoretical research, with bibliographical - documentary nature. This main objective is the analysis of the contribution given by the periodic publication "Revista Brasiliense" for the debate about education in Brazil. Edited by Caio Prado Junior and Elias Chaves Neto, Revista Brasiliense was published bimonthly during the period between 1955 and 1964, and have always been considered as an important Brazilian reference of critical thinking. Actually the periodic is considered an icon of this period, historically characterized as one of the richest moments in national debate. The thematic approaches were performed in order to elaborate a corpus that retrace the role of education in Brazilian development proposals. The historiography about the period considered and also about the Revista Brasiliense publication is rich and supplies enough theoretical referentials for the analyses: the texts examined could be contextualized, with those intrinsic aspects mapped. However, the results do not go towards education – or an educational proposal – assumed as important in the development process. In contrast, education is understood as a supporting area in this process. Its significance is purely instrumental and enabler of the industry growth. The ideological issue that relate concepts such as development, industrialization and modernity, seems to be decisive in that process.

Keywords: education, Revista Brasiliense, development, industrialization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: Caracterização do Brasil no período compreendido entre 1955 e 1964.	11
CAPÍTULO 2: A Revista Brasiliense: sua amplitude temática e político-ideológico.....	20
CAPÍTULO 3: Análise do <i>corpus</i>	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

O objetivo central dessa monografia é o de estudar a contribuição da Revista Brasiliense ao debate sobre a educação brasileira, suas funções e alternativas, ocorrido no período de publicação da revista, de 1955 a 1964.

Publicação bimestral, a *Revista Brasiliense* foi editada por Caio Prado Junior e Elias Chaves Neto, ao longo desses dez anos, e é tida como uma importante referência do rico debate ocorrido no Brasil nessa década, sobre as alternativas econômicas, políticas e culturais para a nação.

A primeira preocupação que tivemos foi a de contextualizar, justamente, esse momento histórico; buscou-se, além disso, esclarecer como a historiografia trabalha e de que forma pode ser confrontada, para compreendermos o contexto em que se deu essa discussão e como ela foi retratada e, ao mesmo tempo, influenciada pela Revista Brasiliense. O capítulo 1 trata dessa contextualização.

Como elemento decorrente dessa contextualização, tem-se a caracterização da própria publicação: sua amplitude temática e político-ideológica, os artigos publicados e seus colaboradores, ou seja, de que forma se deu a discussão sobre as alternativas para o desenvolvimento brasileiro. Essa caracterização é desenvolvida no capítulo 2.

Outra preocupação, também desenvolvida no capítulo 2, foi a de realizar os recortes temáticos de maneira a se constituir um *corpus* que significasse, ou

retratasse a discussão relativa ao papel e funções da Educação na discussão sobre as alternativas para o desenvolvimento.

Finalmente, a análise *a posteriori* coloca outra questão, particularmente relevante, porque de grande poder de interação: o tema trata, justamente, da contribuição de uma publicação, pelo debate sobre educação em que participou, entre os anos de 1955 e 1964, tanto como reflexo, como sujeito. Essa contribuição se manifestará, evidentemente, também no período posterior a 1964 que, para o observador, também é passado. Assim, a avaliação dessa contribuição (como o debate influenciou propostas futuras) se dará com todos os desdobramentos dessa contribuição conhecidos pelo observador. Na descrição de Hannah Arendt (2001):

Nas palavras de Faulkner: “o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado”. Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado. Do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde “ele” está; e a posição “dele” não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à “sua” luta constante, à “sua” tomada de posição contra o passado e o futuro. (ARENDR, 2001, p. 37).

Essa importante interação tempo-observador esteve, assim, presente a cada decisão de corte.

Dessa forma, o processo de realização desse trabalho, particularmente o caráter empregado na análise dos textos, conjuga os recortes efetuados ao longo da própria construção do *corpus*, com uma forte interação entre passado, passado para o observador e presente.

CAPÍTULO 1

Caracterização do Brasil no período compreendido entre 1955 e 1964

Este capítulo trata da contextualização e dos condicionantes históricos do período no qual a Revista Brasiliense foi editada. Evidentemente, a intenção é descrever, de forma sumarizada, os principais elementos presentes nesse período, conhecido, justamente, pela sua diversidade.

O período compreendido entre os anos de 1955 e 1964 é caracterizado pela historiografia como um dos momentos mais ricos no debate nacional brasileiro. Delimitado por significativos episódios (no seu início, pelo suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954 e pela eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955 e, no seu final, pelo golpe militar em 1964), esses dez anos são fortemente assinalados como um período no qual os aspectos tidos como formadores da nação brasileira foram discutidos em profundidade, com, inclusive, importantes propostas de caráter transformador, sendo apresentadas e, algumas delas, implementadas.

Conviveram, na época, análises de cunho liberal, de cunho nacional-desenvolvimentista e de cunho marxista; cada um desses pontos de observação reavaliava nossa história e propunha diferentes caminhos a seguir;

Como observa Konder (2007):

As mudanças que ocorriam na sociedade brasileira, nos costumes, na vida cultural, nas atividades políticas, no cotidiano da população e nas relações com o exterior, não podiam deixar de influir nas modificações da maneira de pensar a história. O processo pelo qual a história era pensada, entretanto, era inevitavelmente contraditório. Os intelectuais refletiam sobre a história de ângulos diversos e viam nela coisas muito diversas. (KONDER, 2007, p. 358).

A riqueza desse momento, em grandes linhas, se insere, e em certo sentido decorre, da própria nova configuração do poder mundial, estabelecida a partir do término da Segunda Guerra Mundial; o centro econômico capitalista mundial, pela primeira vez na história, é deslocado para fora do continente europeu; os Estados Unidos articulam rapidamente, mesmo antes do término formal da guerra, seus principais instrumentos para o exercício do poder recém conquistado. A nova ordem mundial conta com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, atual Banco Mundial), criados em julho de 1945 na Conferência de *Bretton Woods* e, pouco mais tarde, em 1947, com o acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, atual Organização Mundial do Comércio - OMC).

Além desse importante deslocamento do centro de poder do mundo capitalista, a nova ordem também se caracteriza pela polarização do poder entre os Estados Unidos e a União Soviética, determinando o período conhecido como Guerra Fria. O que está em jogo, então, não é a liderança entre nações imperialistas como de costume, mas a liderança política e, sobretudo, ideológica do mundo. É uma época marcada pela busca de áreas de influência e por jogos geopolíticos, por estratégias de dominação e por um equilíbrio, sempre,

extremamente frágil. Hegemonia passa a ser um conceito tão importante quanto o de controle militar. Destaca Ayerbe (2002):

Diferentemente dos conflitos da primeira metade do século, que confrontaram países imperialistas pela redivisão do mundo, o segundo pós-guerra coloca lado a lado dois sistemas políticos e econômicos, capitalismo e socialismo, numa rivalidade que acrescenta aos aspectos econômicos e militares a dimensão ideológica. A política internacional das duas superpotências redefine seus rumos para uma disputa que privilegia a consolidação da hegemonia nos seus blocos e a expansão por vias que descartem o conflito militar direto. (AYERBE, 2002, p. 64).

Não obstante toda a tensão e conflitos localizados durante a guerra fria, o modo de produção capitalista experimenta um muito significativo desenvolvimento; desenvolvimento este que pode ser visto como natural se entendermos que, ao término da guerra, importantes contradições inerentes ao próprio sistema haviam sido superadas e, assim, o ciclo expansionista do capital pôde ser retomado.

Nesse período, segundo Coutinho:

Houve uma extraordinária onda de progresso econômico movida pela difusão de inovações, pela massificação do consumo de bens duráveis, pelo crescimento acelerado do emprego e, ainda, pela notável expansão dos mecanismos de proteção social. Havia virtuosismo entre as esferas econômico e social. (COUTINHO *apud* MAZZUCHELLI, 2009, p. 419).

Por sua vez, o socialismo demonstra um também impressionante ritmo de crescimento em sua amplitude: em 1939, o modo de produção socialista vigora em apenas um único país, a União Soviética, envolvendo 8% da população do mundo.

Em 1960, o socialismo está consolidado em 12 países, que comportam, no seu conjunto, 1/3 da população mundial (FRIEDEN, 2008).

A importância e seriedade com que o mundo ocidental passa a enxergar a alternativa socialista, e o papel desempenhado pela União Soviética em particular, é assim retratado por Frieden (2008):

A visita de Nikita Khrushchev aos Estados Unidos, em 1960, virou manchete nos jornais de todo o mundo. Quando o líder soviético bateu os pés com raiva no parlatório enquanto discursava nas Nações Unidas, os ocidentais ridicularizaram o camponês pouco sofisticado que agora liderava o maior país do mundo. No entanto, quando ele disse que até 1980 a economia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas seria maior que a dos Estados Unidos, ninguém riu. Os soviéticos derrotaram os Estados Unidos na corrida espacial com o *Sputnik* em 1957 e um ano mais tarde lançaram a primeira nave espacial pilotada pelo homem. Grosseiro ou não, o socialismo soviético parecia ser um verdadeiro rival do capitalismo. (FRIEDEN, 2008, p. 344).

Desse amplo contexto mundial, alguns aspectos parecem guardar uma relação mais próxima com o rico debate ocorrido no Brasil nas décadas de 1950 e 60; notadamente, a especificidade que o processo de hegemonia levado a termo pelos Estados Unidos na América Latina ganha a partir 1945, e o “virtuosismo entre as esferas econômico e social”, citado por Coutinho (*apud* MAZZUCHELLI, 2009, p. 419), como – podemos entender – resultado da adoção de políticas econômicas de cunho keynesiano, que privilegiam a atuação do Estado na economia, como elemento propulsor do crescimento, configurando o Estado de Bem Estar Social keynesiano (*Welfare State*).

De fato, permeando todos os diferentes matizes ideológicos presentes no Brasil nesse período, a grande discussão se coloca em torno dos conceitos de desenvolvimento e dependência e de suas relações intrínsecas e extrínsecas. Nesse sentido, o modelo implementado pelo governo Juscelino – claramente de inspiração keynesiana - era, de fato, a melhor alternativa? A modernização de nossa condição e relação estabelecida com o modo de produção capitalista internacional implicaria em nossa independência? A superação de nossa condição de não-desenvolvimento, por si só, significaria a superação de nossa condição de dependente?

O encaminhamento dessa discussão, de enorme amplitude, se dá, justamente, de acordo com diversas perspectivas de análise, mas, claro, não de forma linear.

A Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e presidida em sua fundação pelo economista argentino Raul Prebisch, tinha por missão, justamente, “o estudar” a América Latina, objetivando que o continente superasse sua condição de atraso. De orientação keynesiana – que, aliás, é adotada em todo o mundo ocidental com, inclusive, a reconstrução da Europa acontecendo de acordo com essas bases teóricas - os estudos da CEPAL identificam na deteriorização dos termos de troca, uma das principais razões para nosso atraso; daí a proposta de uma política de substituição das importações e a, decorrente, industrialização das nações.

No Brasil, particularmente, essa política desenvolvimentista atinge seu auge com o Plano de Metas, elaborado pelo governo Juscelino Kubitschek em 1956. O desenvolvimentismo chega mesmo a configurar-se como a ideologia da industrialização; diversos economistas e pensadores, formados de acordo com as análises e orientações cepalinas - o mais notório deles talvez tenha sido Celso Furtado - lhe emprestam um caráter nacional, com atenção às diferenças regionais, e com a dinâmica própria das políticas econômicas.

A CEPAL não formulou uma teoria de investimento ou de acumulação de capital, mas, ao combinar sua tese sobre as transformações históricas do sistema centro-periferia com a análise das estruturas produtiva periférica, foi capaz de prover um instrumental analítico engenhoso, através do qual uma série de importantes tendências típicas do crescimento em países subdesenvolvidos – tais como déficits externos, deteriorização dos termos de troca, desemprego e inflação – poderia ser prevista e estudada de maneira particularmente acurada. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 29).

Apesar dessa unicidade quanto à origem e orientação teórica, um importante ponto divide os desenvolvimentistas: o nacionalismo. Parte dos adeptos do modelo desenvolvimentista entende o modelo cepalino como viável, somente com a participação exclusiva do capital nacional; outra parte consegue enxergar a conciliação entre o desenvolvimento objetivado, com o capital estrangeiro. Essa segmentação dos desenvolvimentistas ganha importância no estudo de sua relação, e mesmo sobreposição, com as propostas vindas da esquerda.

Diferentemente dos desenvolvimentistas, à esquerda, as análises e propostas de transformação da sociedade brasileira não tinham como perspectiva, uma sociedade capitalista desenvolvida e sim a construção de uma sociedade socialista. Por outro lado, essas análises eram fortemente condicionadas, e em determinado sentido limitadas, pela “premissa pré-capitalista”. Na análise do Partido Comunista do Brasil (PCB) - na época fortemente hegemônico em relação ao pensamento de esquerda - o campo brasileiro guardava características estruturais pré-capitalistas ou semifeudais, o que implicaria na necessidade de uma aliança entre a classe trabalhadora e o capital nacional para que uma revolução, de caráter nacional-democrático, fosse realizada. Esta revolução burguesa é entendida como etapa absolutamente necessária à revolução socialista. Nesse sentido, o desenvolvimentismo é percebido pela esquerda, particularmente pelo PCB, como uma ação - ou reação – do capital nacional ao capital internacional, uma reação do capital nacional à dependência característica do imperialismo.

Uma declaração do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, de março de 1958, expressa claramente essa orientação:

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. (Comitê Central do PCB, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 193).

Outras naturezas de análise no âmbito da esquerda, evidentemente, existiam, mas, ou eram pouco influentes, ou ainda muito incipientes; a revolução cubana, em 1959, e o golpe militar de 1964 foram eventos que contribuíram decisivamente para a diversificação do pensamento de esquerda no Brasil que, exceto por algumas poucas experiências no início dos anos 1960, ganhou relevância, justamente, na segunda metade da década de 60.

Completando esse quadro referencial sobre o debate nacional brasileiro, a perspectiva liberal, absoluta, à direita, até os anos 1930, mantém-se presente, mesmo que modificada em função da crise internacional do capitalismo ocorrida nessa década. O liberalismo defende, fundamentalmente, o livre mercado, acreditando no mecanismo de auto-equilíbrio e, conseqüentemente, como plano de ação, um nível mínimo de intervenção do estado na economia e, assim, nenhum apoio aos projetos de industrialização.

A caracterização dessas perspectivas de análise pelo viés econômico não implica, sob nenhuma hipótese, que o debate nacional estava circunscrito ao território econômico; o que estava em questão era como dito, o conceito e os caminhos para alcançarmos um pleno e, principalmente, independente desenvolvimento. Nesse sentido, o viés econômico funciona como um eficiente critério de segmentação político-ideológico desse bastante diversificado momento histórico, ou seja, funciona como um facilitador para o entendimento do caráter dessas interpretações e proposições para a sociedade brasileira. Evidentemente, todos os aspectos da vida social eram discutidos, questionados e reavaliados: o político, o econômico, o cultural e o educacional.

Nesse estudo, o *corpus* escolhido para a análise desse importante momento de nossa história – a Revista Brasiliense – é assim definido por Moraes (2007, p.78): “A revista Brasiliense foi, em todos os sentidos, inclusive o cronológico, dramaticamente contemporânea daquela década (1955 – 1964)”.

A dramaticidade dessa contemporaneidade, provavelmente, decorre do fato de a Revista Brasiliense ser, simultaneamente, reflexo e importante sujeito desse momento.

CAPÍTULO 2

***A Revista Brasiliense:* sua amplitude temática e político-ideológica**

Tendo como editores Caio Prado Junior e Elias Chaves Neto, a *Revista Brasiliense* foi editada bimestralmente entre setembro-outubro de 1955 e janeiro-fevereiro de 1964, totalizando, assim, 51 números publicadas ininterruptamente, durante quase 10 anos.

Desde seu início, a *Revista Brasiliense* consagrou-se como uma importante referência do pensamento crítico brasileiro, particularmente quanto aos estudos sobre as características definidoras ou determinantes do Brasil. Claramente de esquerda, e com forte relação de seus editores e parte dos colaboradores com o Partido Comunista, a *Revista Brasiliense* se caracterizou, no entanto, pela sua independência, tanto em relação à sua linha editorial, como em relação à amplitude temática, configurando um espectro político-ideológico, no campo da esquerda, bastante amplo. De acordo com Montalvão (2006):

Mesmo que a *Revista Brasiliense* primasse em ser uma publicação pluralista e aberta a diversas contribuições – prescindindo de ligações de ordem política e partidária – verifica-se nela uma presença acentuada de pessoas que eram de algum modo vinculadas ao PCB. No entanto, enquanto era percebida com grande aceitação nos meios acadêmicos e literários, dentro e fora de São Paulo, como se percebe na lista de signatários do seu manifesto de fundação, a recepção da *Revista Brasiliense* nos

meios pecebistas, desde as primeiras conversas em torno de sua criação, mostrou-se altamente crítica. (MONTALVÃO, 2006, p. 2).

No seu manifesto de fundação, a *Revista Brasiliense* explicita sua orientação política básica, aquela que permeará todas, ou quase todas, as abordagens e análises desenvolvidas na revista: o nacionalismo. De acordo com Limongi (1987):

O “Manifesto da Fundação” da R.B. é uma decidida e clara afirmação de princípios nacionalistas. *Brasiliense* pretende ser uma revista “em torno da qual se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos” e que tenham por objetivo a superação do “atraso econômico do país visando à melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura”. (LIMONGI, 1987, p. 28).

Como decorrência direta dessa orientação, a *Revista Brasiliense* é também referência sobre as alternativas que, então, se colocavam para a transformação da sociedade brasileira, ou, como denomina Löwy (2000, p. 9) sobre a “natureza da revolução”; isso, em um momento no qual, como visto no capítulo 1, o pensamento crítico ganhava potencial para uma maior diversidade, com suas análises ocupando um maior espectro e profundidade.

Assim, pela sua própria importância como referência “desse momento”, a *Revista Brasiliense* tem sido, ela própria, objeto de diversos trabalhos produzidos a partir de diferentes perspectivas¹. Outros tantos trabalhos têm na *Revista*

¹ Ver: GIOVANNETTI NETO, E. **Uma trincheira de idéias**: a Revista Brasiliense, a urdidura de um pensamento de esquerda (tese de doutorado – PUCSP - 1998); LIMA, H. F. *Revista Brasiliense*:

Brasiliense uma importante fonte de auxílio para a compreensão do pensamento, de grande amplitude, de seu mais notório editor, Caio Prado Junior. De fato, Caio Prado Junior é, reconhecidamente, um dos grandes intérpretes do Brasil. Nas palavras de Novais:

Trata-se, como é consensual, de um dos maiores nomes da historiografia brasileira; com Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda, integra o que porventura se possa designar como “geração de 30”, nos seus pontos mais altos. Suas obras marcaram profundamente nossa vida intelectual a partir de então. (NOVAIS, 1986, p. 9).

Em um momento no qual a história do Brasil é reinterpretada, em um momento no qual os elementos definidores de nossa identidade cultural e nacional são discutidos e, principalmente, em um momento no qual diferentes caminhos são apontados para alcançarmos nosso pleno desenvolvimento e independência, a temática abordada pela *Revista Brasiliense* é, evidentemente, de grande amplitude. Segundo levantamento realizado por Montalvão (2006, p. 3), os artigos publicados pela *Revista Brasiliense* em seus 51 números, podem ser agrupados de acordo com o apresentado no quadro I:

sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas. In Moraes, R; ANTUNES, R; FERRANTE, V. B. (orgs). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Quadro I - Frequência temática observada		
	Artigos e notas	%
Total	775	100,0
Assuntos Políticos	217	28,0
Assuntos Econômicos	117	15,1
Assuntos Sociais	126	16,3
Medicina e Alimentação	49	6,3
Educação	31	4,0
Questão Agrária	29	3,7
Nordeste: Análises e notas de viagem	11	1,4
Emprego e Previdência	6	0,8
Assuntos Literários, Acadêmicos e Culturais	315	40,6

Modificado de MONTALVÃO, 2006, p.3

Assim, a partir desse agrupamento, observa-se que o tema educação, e tudo que dele potencialmente deriva, é, claramente, objeto de grande atenção e estudo da publicação. No total de seus 51 números, a *Revista Brasiliense* publicou, 31 artigos ou notas diretamente relacionados à educação no Brasil, ou seja, em mais de 60% dos números publicados, havia uma análise sobre a educação no Brasil. Esses 31 artigos, discriminados no quadro II, representaram, assim, a base sobre a qual foi determinado o *corpus* desse projeto.

Assim, a partir desse agrupamento, observa-se que o tema educação, e tudo que dele potencialmente deriva, é, claramente, objeto de grande atenção e estudo da publicação. No total de seus 51 números, a *Revista Brasiliense* publicou, 31 artigos ou notas diretamente relacionados à educação no Brasil, ou

seja, em mais de 60% dos números publicados, havia uma análise sobre a educação no Brasil. Esses 31 artigos, discriminados no quadro II, representaram, assim, a base sobre a qual foi determinado o *corpus* desse projeto.

O tema “educação”, ao longo desses 31 artigos e notas, foi tratado pela *Revista Brasiliense* também de maneira bastante ampla e a partir de diferentes pontos de observação. Excluindo-se, em um primeiro corte cinco artigos², que tratam especifica e exclusivamente dos níveis secundário, primário e pré-primário de ensino, tem-se que todos os demais artigos e notas do “grande tema” educação envolvem, mesmo que de maneira muito indireta, o ensino superior.

Tendo por base todas essas abordagens que, de alguma forma, envolvem o tema educação superior, pode-se segmentá-las em alguns grupos quanto aos assuntos-objeto; claro que, sempre, qualquer classificação, empobrece a percepção das dimensões presentes em um texto; se bastante útil para a compreensão, a classificação sempre tem um caráter reducionista. Observada essa característica, a seguir o agrupamento proposto que, aqui, tem importante função na delimitação do *corpus* do projeto.

▪ **1º. Grupo:** trata de questões educacionais em sentido estrito, ou seja, circunscritas à própria área desse conhecimento; trata de questões relativas à própria dinâmica do sistema educacional e pedagógico. Em alguns poucos casos, aproxima-se de ensaios de caráter teórico. Foram considerados nesse

² “Da Escola Primária em uma realidade social”, de Orlando Sampaio Silva; “O professor e a educação das massas dentro da conjuntura atual”, de Sebalt Rüdiger; “O professor e as reações sociais”, de Paulo Fernando Lago; “Notas sobre o ensino rural no Estado de São Paulo” e “Considerações acerca do ensino primário e pré-primário no Brasil”, ambos de Lannoy Dorin.

grupo os seguintes artigos e notas: “Universidade, ensino e pesquisa”, de Samuel B. Pessoa; “O manifesto dos pioneiros da educação nova”, de Fernando Azevedo; “A crise universitária em São Paulo”, de Elias Chaves Neto; “Compressão de verbas e proliferação de faculdades”, de João Cruz Costa; “Manifesto dos educadores nacionais”, de J.E.F. (assim assinado); “Henri Wallon e os direitos da criança”, de Pedro da Silva Dantas; “Ameaça à liberdade de ensino”, de Dorian Jorge Freire; “Sobre as diretrizes e bases da educação nacional”, de E. L. Berlinck; “Dados sobre a situação do ensino”, de Florestan Fernandes; “Análise de uma educação em constante crise”, de Lannoy Dorin; “A educação na atual constituição nacional”, de Lannoy Dorin; “A formação de profissionais e especialistas nas faculdades de filosofia”, de Florestan Fernandes; “Apreciação da lei 4.204 (diretrizes e bases da educação nacional)”, de Lannoy Dorin e “Nota crítica sobre o pensamento pedagógico brasileiro”, de Luís Pereira.

Os artigos e notas reunidos nos demais grupos tratam, de forma clara, não do sistema educacional propriamente, mas de sua relação com as demais instâncias sociais; o segundo e terceiro grupos privilegiam o aspecto político-cultural e o quarto e último grupo, o econômico-desenvolvimentista.

▪ **2º. Grupo:** Reúne artigos que têm como tema a educação popular ou democrática e a relação entre educação e mudança cultural; são eles: “Condições sociais do ensino democrático”, de Octávio Ianni; “A Educação popular no Brasil”, de Florestan Fernandes e “Da educação como fator de mudança cultural provocada”, de Orlando Sampaio Silva.

- **3º. Grupo:** Composto por um artigo e uma nota que têm por tema o Movimento Estudantil: “O IX congresso estadual dos estudantes”, de Milton Damato e “Luta ideológica – objetivo central do movimento estudantil”, de José Chasin.

Quadro II - Artigos e Notas sobre Educação publicados na Revista Brasiliense

Numero	Bimestre	Autor	Título
1	SO / 55	Samuel B. Pessoa	Universidade, Ensino e Pesquisa
12	JA / 57	Milton Damato R. J. Haddock Lôbo	O IX Congresso Estadual dos Estudantes Clientilismo, Industrialização e Educação
15	JF / 58	Elias Chaves Neto Fernando de Azevedo	A Crise Universitária em São Paulo O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova
17	MJ / 58	Fernando Henrique Cardoso	Educação e Desenvolvimento Econômico
20	ND / 58	João Cruz Costa	Compressão de Verbas e Proliferação de Faculdades
23	MJ / 59	Paulo Fernando Lago	Variações sobre o Nacionalismo e Educação Funcional
24	JA / 59	J. E. F. Luis H. Pereira da Silva Pedro da Silva Dantas	Manifesto dos Educadores Nacionais Desenvolvimento Econômico e Pesquisa Científica Henri Wallon e os Direitos da Criança
25	SO / 59	Paschoal Lemme	A Educação Brasileira num Momento Crítico
26	ND / 59	Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni	As Exigências Educacionais do Processo de Industrialização
27	JF / 60	Paulo Fernando Lago Octávio Ianni	O Professor e as Reações Sociais Condições Sociais do Ensino Democrático
28	MA / 60	Dorian Jorge Freire E. L. Berlinck	Ameaça à Liberdade de Ensino Sobre "As Diretrizes e Bases da Educação Nacional"
30	JA / 60	Florestan Fernandes	Dados Sobre a Situação do Ensino
32	ND / 60	Lannoy Dorin	Análise de uma Educação em Constante Crise
33	Jf / 61	Lannoy Dorin -	A Educação na Atual Constituição Nacional Reunião da "Revista Brasiliense"
38	ND / 61	Florestan Fernandes	A Formação de Profissionais e Especialistas nas Faculdades de Filosofia
39	JF / 62	Florestan Fernandes José Chasin	A Educação Popular no Brasil Luta Ideológica - Objeto Central do Movimento Estudantil
40	MA / 62	Lannoy Dorin	Apreciação da Lei 4.204 (Diretrizes e bases da Educação Nacional)
43	SO /62	Luis Pereira Orlando Sampaio Silva	Nota Crítica sobre o Pensamento Pedagógico Brasileiro Da Escola Primária em um Realidade Social
44	ND / 62	Lannoy Dorin	Notas sobre o Ensino Rural no Estado de São Paulo
47	MJ / 63	Orlando Sampaio Silva	Da Educação como Fator de Mudança Cultural Provocada
49	SO / 63	Lannoy Dorin	Considerações Acerca do Ensino Primário e Pré-Primário no Brasil
50	ND / 63	Sebalt Rüdiger	O Professor e a Educação das Massas dentro da Conjuntura Atual

▪ **4º. Grupo:** Tem por objeto de análise a educação brasileira como um sistema que envolve todos os níveis de ensino, ou seja, a abordagem é realizada a partir do sistema educacional como um todo, e a crítica se faz na direção de sua defasagem ou inadequação, ou ambos, em relação ao atual momento do desenvolvimento brasileiro e, em alguns casos, particularmente quanto ao processo de industrialização que, como já observado, confunde-se com o próprio desenvolvimento e independência nacional. Estão nesse grupo os seguintes artigos e notas: “Clientelismo, industrialização e educação”, de R. J. Haddock Lôbo; “Educação e desenvolvimento econômico”, de Fernando Henrique Cardoso; “Variações sobre nacionalismo e educação funcional”, de Paulo Fernando Lago; “Desenvolvimento econômico e pesquisa científica”, de Luís H. Pereira da Silva; “A educação Brasileira num momento crítico”, de Paschoal Lemme; “As exigências educacionais do processo de industrialização”, de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni e “Reunião da *Revista Brasiliense*”, evento promovido pela revista que discutiu o tema “Formação de pesquisadores e o papel do cientista brasileiro na evolução econômico-social”.

É nesse último grupo que se vê, de forma mais clara e objetiva, a análise veiculada pela *Revista Brasiliense* sobre a relação entre a Educação e a discussão sobre o processo de transformação da sociedade brasileira. Dessa forma, esses sete artigos que compõem esse grupo constituirão o *corpus* propriamente do projeto, já que têm como temática a educação e, mais especificamente, o ensino superior e sua relação - funções e papéis - com as alternativas de desenvolvimento então apresentadas.

CAPÍTULO 3

Análise do *Corpus*

Na perspectiva do objetivo central dessa monografia, os sete artigos relacionados no capítulo anterior foram analisados³, tanto em sua dimensão intrínseca como de forma contextualizada, para, assim, obter-se um quadro que, embora reduzido frente à riqueza dos textos, indicasse como a educação – notadamente a educação superior – foi discutida na Revista Brasiliense. Claro que, como visto, pela sua importância e penetração, a Revista Brasiliense além de reflexo da discussão que a sociedade brasileira desenvolvia naquele momento, foi também, ela própria, sujeito dessa discussão.

Assim, como primeira observação de caráter geral e a partir dos artigos como um todo, vê-se que a relação estabelecida entre o conceito de desenvolvimento e o processo de industrialização, então em forte crescimento, é muito intensa. Mesmo que já antecipada pela literatura econômica considerada no Capítulo 1, impressiona a forma inquestionável com que os importantes autores percebem como praticamente sinônimos os termos desenvolvimento, industrialização e modernização. A idéia básica é a de que o desenvolvimento, inclusive como sinônimo de independência, é decorrência direta do processo de

³ Na análise dos textos, foi utilizada a “máscara para resumo analítico”, desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas.

industrialização e, em função disso, toda a sociedade deve buscar pelos facilitadores desse processo. A postura nacionalista permeia boa parte das análises; nas palavras de Haddock Lobo (1875):

Seria insensato, sem dúvida, reduzir o problema do progresso técnico e da produtividade, no Brasil, a uma questão de clientelismo. Inúmeros outros fatores influem na industrialização, que constitui a chave de nossa autonomia econômica, pois não poderão existir garantias para a prosperidade da agricultura, das atividades extrativas e dos transportes, enquanto tudo isso depender de mecanismos e instrumentos fabricados no exterior. (LOBO, 1957, p. 155).

O estranhamento, hoje, da intensidade dessa relação, talvez seja função do próprio conceito de desenvolvimento, atualmente significativamente mais amplo que qualquer processo estritamente industrial, ou mesmo econômico, em amplo entendimento:

O foco principal das análises do RDH⁴ é nas condições de vida e no desenvolvimento do bem-estar social. Nesse sentido, o desenvolvimento humano é interpretado como um processo de ampliação das oportunidades de escolhas da população, tanto em termos de consumo de bens e serviços como também de possibilidades para o indivíduo se capacitar para o exercício de funções ao longo da vida. O RDH também enfatiza o aspecto de sustentabilidade do desenvolvimento humano no sentido de que o compromisso do desenvolvimento de oportunidades deve ser inter- e intra-gerações. (FEIJÓ, 2001, p. 42).

⁴ Relatório de Desenvolvimento Humano, produzido anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que apresenta as estatísticas que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano.

Abstraindo-se assim, tanto quanto possível, o viés do atual conceito de desenvolvimento, vê-se que o processo de industrialização, à época, era percebido, de maneira inquestionável, como a única alternativa para o desenvolvimento, para a emancipação e para a independência nacional e, isso, em grupo de pensadores que tinha por principal característica, uma aguçada capacidade crítica.

Esse forte condicionamento histórico decorre, entre tantos outros aspectos possíveis, da própria percepção da industrialização como um processo neutro, independente, ou mesmo acima dos modos de produção, como reflete Silva (1981):

A noção de industrialização indica a revolucionarização das forças produtivas pelas relações capitalistas, mas, tal qual é empregada em um grande número de estudos, a noção de industrialização esconde o verdadeiro conteúdo do processo, fazendo-o passar por processo de desenvolvimento neutro (socialmente neutro) das forças produtivas (SILVA, 1981, p. 21).

Essa neutralidade, tão precisamente conceituada por Silva, faz com que a industrialização, à época, seja percebida, tanto como objetivo imperativo de políticas econômicas de cunho desenvolvimentista – presentes, por exemplo, quase que de maneira absoluta, nos prognósticos e recomendações cepalinas⁵ – quanto modelo-ideal para independência e autonomia nacional, até mesmo, ou sobretudo, pelas análises realizadas a partir de perspectivas mais

⁵ Como desenvolvido no Capítulo 1, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi criada pelas nações Unidas, em 1948, para, com base na teoria keynesiana, promover estudos que contribuíssem com o processo de desenvolvimento da América Latina.

transformadoras, que têm uma sociedade socialista como horizonte, ou seja, industrialização confunde-se, também, com o próprio caminho em direção ao modo de produção socialista.

O industrialismo, assim, é percebido como um processo de ampla abrangência: é capaz de representar o avanço da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, a sua própria transformação. O conceito de modernidade, no entanto, parece conferir lógica à amplitude dessa percepção, aparentemente, contraditória:

A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser revelada. (HARVEY, 2004, p. 23).

Dessa forma, as principais características da modernidade, principalmente o racionalismo e o cientificismo, dão suporte, tanto para a aplicação da ciência à produção, fazendo da tecnologia uma das principais características do modo de produção capitalista, como à construção teórica do socialismo científico, realizada por Marx e Engels.

A partir do conceito de modernidade, mas mais especificamente sobre a relação capitalismo – industrialismo, Giddens (1991) afirma:

As instituições modernas são capitalistas, ou elas são industriais? Este prolongado debate não é de modo algum desprovido de significado hoje. Não obstante, ele é baseado em parte sobre premissas equívocas, desde que em cada um dos dois casos há um certo reducionismo envolvido – ou o industrialismo é visto como um subtipo de capitalismo ou vice-versa. Em contraste a tal reducionismo, devemos ver capitalismo e industrialismo como “feixes organizacionais” ou dimensões diferentes envolvidos nas instituições da modernidade. (GIDDENS, 1991, p. 61).

Dessa relação intensa e determinante, entre o processo de industrialização e nossa independência, deriva uma relação quase que mecanicista entre esse processo e a educação. A educação não é compreendida, nos textos analisados, a partir de todas as suas dimensões, ao contrário, de forma geral, é entendida e criticada como meio de facilitar o processo industrial, ou seja, a educação desempenha, primordialmente, a função de um dos facilitadores desse processo.

A interação entre educação e sociedade é percebida, de forma geral, como tendo um único sentido de direção: o momento econômico como determinante da educação, que tem, inclusive, como parâmetro de competência, justamente, a capacidade de formação de mão-de-obra, tanto no sentido de formação técnica – diretamente utilizada pelo setor industrial – como o próprio incentivo à pesquisa científica em seu nível mais elevado, sendo mesmo diagnosticada como “a grave lacuna do processo de desenvolvimento”, como analisa Fernando Lago (1959):

Aceita-se que a industrialização do País, incrementada pela penetração e avanço das idéias nacionalistas, é fortemente prejudicada pela insuficiência da mão-de-obra em seu sentido mais lato. Entretanto, pouco, ou nada, se faz no sentido de suprir a grave lacuna do processo de desenvolvimento do País, que é a inoperância da educação caracterizada pelo seu obsoletismo afuncional. (LAGO, 1959, p. 71).

Essa relação mecanicista entre o processo produtivo e a educação, não se dá exclusivamente com relação ao Brasil e ao seu, então, intenso desenvolvimento industrial; quando, para efeito de comparação, a análise ganha uma amplitude internacional, a União Soviética, então tida como a grande experiência no campo socialista, é caracterizada como uma sociedade que se esforça e que na qual “cada um tem de se formar, de se educar, estreitamente vinculado com as atividades produtivas, que deve obrigatoriamente exercer na sociedade” (LEMME, 1959, p. 98).

Finalizando esse primeiro diagnóstico sobre a análise da educação veiculada pela Revista Brasiliense, citamos Fernando Henrique Cardoso (1958) que, além da relação determinista, diferencia os esforços necessários aos países subdesenvolvidos daqueles necessários aos países desenvolvidos:

No caso dos países subdesenvolvidos que iniciam o processo capitalista ou socialista de crescimento econômico, e em particular o de industrialização da produção, os esforços necessários para a criação das condições intelectuais básicas para o desenvolvimento econômico assumem características particulares que as diferenciam das experiências realizadas pelos países já desenvolvidos. (CARDOSO, 1958, p. 71).

Essa diferenciação se dá em função, basicamente, dos estágios desiguais de desenvolvimento e domínio da tecnologia e da decorrente dimensão política na relação entre esses países; essa situação impõe a necessidade de um desenvolvimento autônomo e independente das técnicas e do conhecimento.

Uma segunda observação relativa ao caráter das análises sobre a educação brasileira realizadas pela Revista Brasiliense, diz respeito à relação entre sociedade e educação. Também aqui a relação é determinista; a educação é resultado da sociedade, não existindo qualquer interação.

Assim, as características da sociedade determinam as características da educação:

Essa é pois a primeira ilusão de muitos educadores que é preciso, desde logo, esclarecer: somente uma sociedade verdadeiramente democrática pode proporcionar educação completamente democrática, ou melhor, não há educação democrática sem sociedade democrática, O caráter da educação resulta do caráter da sociedade que ministra e não o contrário, como ainda hoje pensam muitos educadores e pessoas mais ou menos desprevenidas. A educação, a instrução, a cultura são funções da sociedade, e não o contrário. (LEMME, 1959, p. 97).

A educação, no máximo, acompanha as transformações sociais; é somente reflexo, jamais sujeito: “Acompanhando as transformações da estrutura sócio-econômica brasileira, o sistema de ensino tem sofrido modificações contínuas” (CARDOSO e IANNI, 1959. p. 142).

Esse determinismo, em última instância da esfera econômica, era também plenamente aceito pelos segmentos cujas propostas eram mais radicalmente

transformadores, principalmente nos momentos imediatamente anteriores ao golpe de 64. De acordo com Cunha (2000):

As correntes político-ideológicas mais radicais empolgavam-se com a tese de um professor catedrático da Universidade do Brasil, o filósofo Álvaro Vieira Pinto, para quem a luta pela reforma universitária estaria sendo travada mais fora da universidade (nos comícios de camponeses, por exemplo) do que dentro dela. O que o movimento estudantil deveria fazer era engajar-se diretamente nas lutas de todo o povo – a reforma universitária seria mais uma consequência delas do que um fator de seu impulso. (CUNHA, 2000, p. 177).

Propostas teóricas, surgidas no âmbito estritamente educacional, que valorizavam justamente a interação sociedade-educação-transformação, começariam a ganhar força e uma maior amplitude no Brasil, somente após o golpe de 64; até então, por mais vigorosas que fossem, eram percebidas como absolutamente subordinadas à estrutura sócio-econômica. Exemplo maior, Paulo Freire escreve sua principal obra – Pedagogia do Oprimido – em 1968, durante o exílio.

Dessa determinação decorre uma outra característica das análises realizadas pela Revista Brasiliense: a de que a evolução e desenvolvimento da educação, que deve ser entendida como uma adaptação às necessidades colocadas pelo ambiente sócio-econômico, se dá, sempre e universalmente, de maneira defasada: a educação sendo um simples reflexo das transformações do ambiente apresenta um prazo maior para sua resposta ou atualização:

É perfeitamente explicável que as transformações da vida brasileira, calcadas na industrialização, não encontrem como

corolário, o paralelismo da formação de mão-de-obra ajustada às novas exigências sociais. A competição entre o processo tecnológico e o processo educacional, em toda a parte do globo, tem se revelado pelo distanciamento do primeiro e atraso do segundo, trazendo a resultante genérica dos desequilíbrios social-psicológicos (LAGO, 1959, p.70).

Segundo os textos analisados, outro importante fator contribui para essa defasagem: a força contrária exercida pelos segmentos que têm interesse na manutenção do *status quo*, ou seja, no Brasil do período considerado, àqueles interesses contrários à industrialização e, como decorrência, contrários ao desenvolvimento de forma independente, autônoma e nacional:

Isso significa que as reformas educacionais necessárias à expansão econômica dos países subdesenvolvidos encontram forte oposição por parte dos grupos interessados na perpetuação da antiga ordem social, na qual detinham as posições dominantes: parte do clero, em primeiro lugar, antigos senhores e proprietários, pequena burguesia decadente ligada às grandes famílias, etc.

É o que ocorre no Brasil também. Qualquer pessoa que tenha alguma experiência com o sistema educacional brasileiro sabe que ele está desatualizado e que, até certo ponto, constitui um empecilho para o desenvolvimento econômico rápido. A orientação do ensino é inadequada para uma sociedade cuja economia se industrializa rapidamente e cuja cultura tende à secularização; a produção intelectual garantida pelo sistema educacional seja nas universidades seja fora delas, nas instituições que aproveitam o pessoal de nível superior ou técnico, é precária. (CARDOSO, 1958, p. 73).

Assim, a partir dessa estrutura determinista e defasada, quais pontos específicos a análise dos textos revela como aqueles que devem, necessariamente, ser alterados no sistema educacional brasileiro? Qual foi o

programa de mudanças proposto por esses críticos para a adequação da educação brasileira ao momento sócio-econômico vivido?

Um importante direcionamento para a caracterização das reformas tidas como necessárias é dado pelo próprio Fernando Henrique Cardoso (1958) que, ao continuar discorrendo sobre as resistências às reformas, afirma:

Entretanto, sistematicamente, os movimentos tendentes à reforma educacional no Brasil têm encontrado forte oposição, que parte dos setores mais conservadores, quando não reacionários, da sociedade. Ainda agora, um dos homens mais preocupados com a transformação da educação brasileira, Anísio Teixeira, vem sofrendo intensa oposição, sob o pretexto de que deseja tornar a educação brasileira monopólio do Estado – tese reiteradamente negada por aquele educador – porque, na verdade, tem defendido alguns pontos de vista perfeitamente consentâneos com uma filosofia de vida democrática capaz de permitir o crescimento industrial, como, por exemplo, o da necessidade de substituir a educação pseudo-humanista de inspiração clássica do ginásio, por uma educação de base mais científica e técnica. (CARDOSO, 1958, p. 74).

Uma educação em sintonia com a possibilidade de modernização do Brasil, ao que tudo indica, era entendida como aquela mais científica, mais técnica e menos humanista, principalmente se este humanismo puder ser qualificado como pseudo. Dessa forma, uma primeira característica da proposta, ou das propostas para um novo sistema educacional, é sua aplicabilidade; não se concebe um sistema desconectado do momento e das necessidades presentes. Percebe-se, no entanto, que esse direcionamento não se dá em contraposição a uma educação crítica e participativa, ao contrário, a proposta de uma maior aplicabilidade da educação se contrapõe a uma educação elitista e importante

elemento de sustentação de setores, como visto, “conservadores, quando não reacionários” (CARDOSO, 1958, p. 74).

Essa característica fundamental – aplicabilidade – não se restringe ao ensino mais diretamente voltado para a formação de mão-de-obra, normalmente de nível médio; ao contrário, é uma característica de todo o sistema educacional, abrangendo, mesmo que exposto de maneira cuidadosa, as universidades e até mesmo os institutos de pesquisa, então em processo de formação, conforme atestam as afirmações abaixo:

A Universidade e a Pesquisa Científica devem colaborar com a Indústria e a Agricultura, mas com independência, sem qualquer subordinação. A pesquisa científica dificilmente pode ser realizada “sob encomenda” com prazos e objetivos previamente definidos. Com o tempo e perseverança a Ciência dará seus frutos de utilidade prática. (SILVA, 1959, p. 129).

O desenvolvimento de nossa economia, assim, como o da demografia e a luta cada vez mais intensa contra o subdesenvolvimento e a dependência econômica, poderão fazer deste país, em poucas décadas, uma grande nação. Torna-se, portanto, urgente prever, não só a formação de técnicos necessários para esse desenvolvimento, como também a formação de um nutrido corpo de pesquisadores na ciência e na técnica, capaz de estudar a realidade brasileira e impulsionar tal desenvolvimento (REUNIÃO DA REVISTA BRASILIENSE, 1961, p. 102).

Outra característica das propostas para o novo sistema de educação, de grande importância política, é a democratização do ensino, apresentada, ou reivindicada, primeiro como condição necessária ao processo “racional” de desenvolvimento econômico e, em segundo, como componente do processo

social. Mais uma vez, a contraposição se dá com o sistema elitista, vinculado aos interesses conservadores ou reacionários:

A análise do sistema educacional brasileiro, em face das necessidades de mão-de-obra adestrada que a expansão industrial do País exige e a sociedade urbana moderna necessita (de operários, mestres, técnicos e pessoal de nível superior) evidenciará a inadequação do padrão tradicional da educação brasileira, de acordo com o qual ainda hoje está organizado nosso ensino, para atender às solicitações de uma sociedade que se transforma rapidamente.

Está claro que, como dissemos acima, a educação para um país que se industrializa deve ser democrática. [...]

Através destas considerações percebe-se claramente a importância da extensão do ensino primário a toda a população, como condição para o desenvolvimento daqueles dois processos que consideramos correlatos: o de mudança econômica (industrialização, racionalização) e o de mudança social (democratização, formação de classes abertas). (CARDOSO & IANNI, 1959, p. 145).

Um último ponto a ser considerado desse conjunto de propostas, refere-se, justamente, ao papel desempenhado pelo educador:

Nos países subdesenvolvidos, onde coexistem segmentos estruturais que se organizam a partir de situações de vida e princípios organizatórios diversos, o educador deve optar por valores que permitam intensificar o processo de mudança econômica e social. Visando objetivos inspirados por estes valores, é possível organizar o sistema educacional de tal forma que sejam utilizados os meios mais adequados para a obtenção daquelas metas (isto é, no nosso caso: educação democrática e técnica), a partir de uma estratégia que, considerando o atraso econômico e cultural existente, procure diminuí-lo, sem, contudo propor-se fins que estejam muito além das necessidades e das condições reais de existência da sociedade. Dessa forma o

sistema educacional poderá também ser organizado de tal maneira que se torne, ao mesmo tempo, um fator de transformação e de regulamentação social, impedindo que irrompam os efeitos menos desejáveis que a mudança rápida pode acarretar nos sistemas sociais. (CARDOSO & IANNI, 1959, p. 149).

Assim, resta ao educador optar pelo conjunto de valores que funcionem como facilitares do processo em curso. O poder transformador da educação e, na função de mediador, do educador, restringe-se ao acelerar o processo e, mesmo assim, agindo de maneira realista, com objetivos e metas exeqüíveis.

A este conjunto de proposições aventadas ao longo dos textos analisados, devem-se somar outras tantas de caráter mais especificamente ligados ao sistema de ensino, ou seja, relativas à sua dinâmica própria, mas que nem por isso são menos importantes, pelo contrário, freqüentemente são percebidas como a própria materialização dos esforços conservadores contrários à transformação da sociedade brasileira. São eles, basicamente: a existência da cátedra e o processo de escolha dos professores, que dificulta a contratação de pessoas realmente especialistas naquilo que irão lecionar, privilegiando os de melhor articulação política e a falta de flexibilidade nos currículos, impedindo a adequação dos cursos à nova realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do objetivo desse trabalho, uma expectativa, mesmo que não explicitada, estava colocada: a de que a Revista Brasiliense mantivesse na área educacional o teor crítico empregado nas análises sobre política, sociedade, economia e cultura. Um teor crítico marcado pelo embasamento teórico rigoroso, pela independência ou equidistância de interesses – econômicos e partidários - e, por outro lado, pelo compromisso com a transformação. Essa postura crítica, além de representar algo de novo na análise realizada em nosso país - veja-se, por exemplo, a alta penetração que a Revista Brasiliense apresentava junto aos meios intelectuais e acadêmicos da época – era atual a ponto mesmo de antecipar, ou dar espaço, a análises que iriam adquirir, no futuro, uma muito maior dimensão.

A leitura dos textos que compuseram o corpus, no entanto, não correspondeu a essa expectativa. Não que o teor das análises não seja crítico, ao contrário, são todas elas análises de intenso posicionamento crítico e fortemente contextualizadas e pertinentes ao momento histórico no qual a Revista foi editada. A questão, parece, está na percepção do que é transformação, ou melhor, na percepção daquilo verdadeiramente transformador.

Ao identificar o desenvolvimento nacional, sua autonomia e independência, quase que de forma exclusiva, com o processo de industrialização, as análises veiculadas pela Revista Brasiliense deixam de captar o essencial e, a partir daí, atribuem à educação um papel absolutamente instrumental; claro que aqui, nossa análise é fortemente beneficiada e facilitada pela condição de análise *a posteriori*.

Essa forte associação desenvolvimento–industrialização, por outro lado, demonstra a força e pretensa neutralidade com que o processo de industrialização foi apresentado e percebido, mesmo por aqueles comprometidos, mais ou menos intensamente, com a transformação da sociedade. À época, a industrialização funcionava como uma grande síntese, tanto para o ideário do desenvolvimento capitalista, como para a transformação socialista. A educação foi a reboque dessa síntese e, em função disso, teve seu papel e função empobrecidos ao extremo.

Existindo, mesmo que de maneira muito incipiente, as propostas de uma educação verdadeiramente transformadora, pela mediação de um educador verdadeiramente crítico, não têm ressonância nas análises da Revista Brasiliense; segundo as posições que foram detectadas e analisadas a educação e o educador têm que, necessária e exclusivamente, adaptar-se à nova ordem e facilitá-la o mais possível. A industrialização é imperativa, econômica e ideologicamente.

Em grandes linhas, essa relação domina as análises de forma quase que monótona; não há espaço para outras relações. O forte questionamento da inadequação do sistema educacional brasileiro à industrialização em curso é, assim, transformador em sua forma; no conteúdo, representa a continuidade de um conjunto de interesses já plenamente estabelecidos. Segundo CUNHA (2000):

Ademais, causou sempre estranheza que uma política assim ambiciosa em termos de modernização universitária tivesse sido tomada no auge do regime autoritário, quando os governos militares de outros países latino-americanos, com inspiração e

práticas políticas similares, insistiam em medidas obscurantistas. (CUNHA, 2000, p. 183).

Contribui, assim, para a compreensão dessa aparente contradição (estranheza), o fato de uma característica da modernidade capitalista ter sido percebida como uma característica da modernidade simplesmente.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: A construção da hegemonia**. São Paulo: Unesp, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro** – o ciclo econômico do desenvolvimento. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARDOSO, F. H. Educação e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasiliense**, nº 17. São Paulo, Brasiliense, 1958.

CARDOSO, F. H. IANNI, O. As Exigências Educacionais do Processo de Industrialização. **Revista Brasiliense**, nº 26. São Paulo, Brasiliense, 1959.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M. VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FEIJÓ, C. A. *et al.* **Contabilidade Social** – O novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FRIEDEN, J. **Capitalismo Global: História econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIOVANNETTI NETO, E. **Uma Trincheira de idéias**: a Revista Brasiliense, a urdidura de um pensamento de esquerda. Tese de Doutorado, PUC-SP, 1998.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

KONDER, L. História dos Intelectuais nos anos 50. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LAGO, P. F. Variações sobre Nacionalismo e Educação Funcional. **Revista Brasiliense**, nº 23. São Paulo, Brasiliense, 1959.

LEMME, P. A Educação Brasileira num Momento Crítico. **Revista Brasiliense**, nº 25. São Paulo, Brasiliense, 1959.

LIMA, H. F. Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. (orgs). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMONGE, F. P. Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Junior e a Revista Brasiliense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 5, vol. 2. São Paulo: Vértice, 1987.

LÔBO, R. J. H. Clientelismo, Industrialização e Educação. **Revista Brasiliense**, nº 12. São Paulo, Brasiliense, 1957.

LÖWY, M. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LÖWY, Michael (org). **O Marxismo na América Latina** – uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAZZUCHELLI, F. **Os anos de chumbo**. Economia e política internacional no entre guerras. São Paulo: UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

MONTALVÃO, S. S. Notas sobre uma publicação comunista independente: a Revista Brasiliense. **Revista Urutágua**, nº 10, 2006. Departamento de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Maringá.

MORAES, J. Q. A Evolução da Consciência Política dos Marxistas Brasileiros. In: MORAES, J. Q. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. Vol 2. Campinas: Unicamp, 2007a.

NOVAIS, F. A. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. (orgs). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, J. C. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REUNIÃO DA REVISTA BRASILIENSE. **Revista Brasiliense**, nº 33. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SILVA, L. H. P. Desenvolvimento Econômico e Pesquisa Científica. **Revista Brasiliense**, nº 24. São Paulo, Brasiliense, 1959.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1981

SOUZA, A. M. **O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense**. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2004.

